

ENSINO DE ESPANHOL EM MANAUS SOB A PERSPECTIVA GLOTOPOLÍTICA

Wagner Barros Teixeiraⁱ

wagbarteixeira@hotmail.com

Faculdade de Letras

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil

Felipe Miguel Castro Heufemannⁱⁱ

felipemcastroh@gmail.com

Faculdade de Letras

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil

Resumo

Em sintonia com aportes da Glotopolítica, neste artigo, apresentamos panorama sobre o ensino da Língua Espanhola no Amazonas/Brasil, focando em Manaus, sua capital. Para tanto, consideramos ações desenvolvidas na arena glotopolítica manauara nos últimos 15 anos, tendo como ponto de partida a promulgação da antiga *Lei 11.161/05* —conhecida como Lei do Espanhol— no Brasil e seus efeitos sobre essa arena. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, parte de um trabalho de dissertação de mestrado desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM, os resultados apontam algumas conquistas, mas, também, alguns retrocessos para o ensino da Língua Espanhola em Manaus, devido a um intenso embate glotopolítico protagonizado por diferentes atores sociais que atuam nessa arena.

Palavras-chave: políticas linguísticas, glotopolítica, ensino de Língua Espanhola em Manaus/AM.

SPANISH TEACHING IN MANAUS FROM A GLOTOPOLITICAL PERSPECTIVE

Abstract

According to glotopolitical contributions, in this paper, we present an overview of Spanish teaching in Amazonas/Brazil, focusing on Manaus. For this, we consider actions developed in the glotopolitical arena in Manaus in the last 15 years, starting with

the enactment of the former *Law 11.161/05* - known as the Spanish Law - in Brazil and its effects on this arena. Based on bibliographic and documentary research, part of a master's thesis work developed under the Graduate Program in Languages at UFAM, the results show some achievements, but also some setbacks for the Spanish teaching in Manaus, due to an intense glotopolitical clash led by different social actors working in this arena.

Keywords: language policies, glotopolitic, Spanish teaching in Manaus/AM.

CONTEXTUALIZADO MOSAICOS PLURILINGÜÍSTICOS

Diferentemente do que muitos possam pensar, insistir em acreditar, ainda, em tentar perpetuar, o Brasil não é um país com identidade rígida, imutável, monolíngue e monocultural; ao contrário, é uma nação marcada pela pluralidade e pelos encontros, um verdadeiro mosaico de cores, de sabores, de sons e de expressões culturais. Nesse mosaico, estão representadas distintas comunidades, quer sejam povos autóctones, comunidades de diferentes estados brasileiros, ou, ainda, nações e comunidades estrangeiras – as vizinhas sul-americanas e, também, as mais distantes.

Em consonância com nosso objetivo neste artigo, de forma especial, focamos em uma parte desse mosaico, o Amazonas. Composto a diversa e múltipla Amazônia, esse estado é um exemplo da pluralidade brasileira, configurando por si só um novo mosaico. Sobre essa questão, pesquisas de Oliveira (2003), do ISA/FOIRN (2006) e de Monteiro (2010) evidenciam que compõem o mosaico amazonense dezenas de línguas amazônicas, usadas por comunidades indígenas. Além delas, outras línguas também compõem esse mosaico plural, entre as quais o português, a língua brasileira de sinais – Libras, e várias línguas que representam comunidades e nações estrangeiras (Teixeira, 2014; Heufemann-Barría & Teixeira, 2017; Teixeira, 2018).

Sobre essas línguas no Amazonas, Teixeira (2018, p. 152-153) destaca

- *el inglés, de importancia turística, especialmente por tratarse de región de reconocimiento internacional –estado que abriga gran parte de los ríos y de la Amazonía y que ha recibido eventos internacionales como la Copa del Mundo de Fútbol en el año 2014 y los Juegos Olímpicos en el año 2016;*

- *el francés, de importancia histórica, principalmente durante y debido a la época dorada del caucho, cuando Manaus fue conocida internacionalmente como la Paris dos Trópicos;*
- *el japonés, de importancia histórica y económica a la región, dada la gran comunidad nipónica presente, la que ha consolidado industrias, escuelas, centros culturales, etc.; y*
- *el coreano, económicamente importante, debido a la presencia creciente de la comunidad coreana en la región, especialmente en la capital, en industrias, en instituciones, etc.*

Além dessas línguas, Teixeira (2014, p. 225-226) destaca a presença do espanhol na composição do mosaico plurilingüístico amazonense. Segundo o investigador, no Amazonas, o espanhol assume distintas funções sociais, sendo língua de

- a) comunicação entre turistas estrangeiros e moradores locais;
- b) negociação entre vendedores e comerciantes ambulantes hispânicos e moradores locais;
- c) atendimento de profissionais da saúde, médicos e enfermeiros, à população local;
- d) comunicação entre parentes e amigos brasileiros e hispânicos que vivem na fronteira;
- e) uso familiar, cotidiano;
- f) instrução.

Considerando o contexto manauara, recorte deste artigo, o mosaico plurilingüístico se amplia, principalmente devido ao fluxo de estrangeiros na cidade que, além de possuir usuários das línguas mencionadas anteriormente, possui sucursais de indústrias, consulados e representações diplomáticas de diferentes países, fazendo com que outros idiomas sejam usados. Além disso, nos últimos anos, Manaus tem recebido refugiados oriundos do Haiti, especialmente após o desastre natural que se abateu sobre o país, e da Venezuela, em decorrência da situação política vivida pelo país. Com esses refugiados, o mosaico manauara fica mais exuberante e colorido, marcado pelo francês caribenho e pelo crioulo haitiano, bem como por variedades venezuelanas da língua espanhola.

Após contextualizar de forma sucinta esses mosaicos plurilingüísticos, na sequência, abordamos de forma breve alguns conceitos teóricos que sustentam a elaboração do panorama sobre a arena glotopolítica manauara.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE GLOTOPOLÍTICA

Legislar, ditar o uso e/ou intervir na forma da língua são ações realizadas tanto por indivíduos como pelo Estado, sendo a Política Linguística um dos campos científicos que trata dessa questão. Acerca disso, Hamel (1993, p. 6-7) destaca que:

Las políticas del lenguaje han existido desde que los seres humanos se organizaron en sociedades y extendieron sus relaciones de contacto, intercambio y dominación hacia otras sociedades cultural y lingüísticamente diferentes. En la mayoría de estas relaciones, las lenguas juegan un papel de primer orden, tanto para organizar la dominación y hegemonía de un pueblo sobre otro, como también en los procesos de resistencia y liberación.

Quanto ao surgimento do campo disciplinar de Política Linguística, Arnoux (2000, p. 6) afirma que:

[...] el interés por las políticas lingüísticas y el primer esbozo de un espacio relativamente autónomo de investigaciones están ligados a dos procesos políticos importantes: por un lado, la división del mundo operada en Yalta por las potencias vencedoras de la Segunda Guerra y, por el otro, los procesos de descolonización en el espacio de los imperios de viejo tipo.

Durante o período de descolonização mencionado pela pesquisadora, países africanos e asiáticos enfrentaram contextos de confrontos linguísticos, o que fez com que estudos relacionados às ações de política linguística e a seu planejamento nesses contextos fossem desenvolvidos por diferentes pesquisadores.

Um dos estudos pioneiros para o planejamento linguístico de Estados em desenvolvimento foi o de Haugen (citado em Calvet, 2007). Em seus primeiros postulados, o investigador abordou o contexto de enfrentamento linguístico na Noruega, em 1959, período imediatamente posterior ao da constituição dos novos Estados africanos e asiáticos. Ele investigou as intervenções de ordem linguística do Estado norueguês relacionadas à construção de uma identidade nacional no país, postulando o conceito de planejamento linguístico como...

[...] uma atividade humana decorrente da necessidade de se encontrar uma solução para um problema. Ele pode ser completamente informal e *ad hoc*, mas pode também ser organizado e deliberado. Pode ser executado por indivíduos particulares ou ser oficial. [...] Se o planejamento for bem feito, ele compreenderá etapas tais como a pesquisa extensa de dados, a escolha de planos de ações alternativos, a tomada de decisão e sua aplicação (Haugen citado em Calvet, 2007, p. 21).

Com base nesses estudos iniciais, outras investigações surgiram. Para Calvet (2007, p. 12), “[...] o binômio política e planejamento linguístico é inseparável, ou seja,

as grandes decisões do poder político são inseparáveis de sua aplicação [...]”, havendo duas maneiras de gerir esse binômio: a gestão *in vivo* e a gestão *in vitro*. A primeira procede das práticas sociais e a segunda consiste na intervenção sobre essas práticas. Em suas palavras,

A gestão *in vivo* refere-se ao modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem. Dessa forma, o que chamamos ‘línguas aproximativas’ (os pidgins), ou ainda línguas veiculares são produto típico de uma gestão *in vivo* do plurilinguismo. [...]Na gestão *in vitro*, em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular os problemas; depois os políticos estudam as hipóteses e as proposições, fazem escolhas, aplicam-nas. (Calvet, 2002, p. 146-148).

Porém, em diversos casos, o Estado implementa ações sem a participação de especialistas, reforçando o caráter impositivo das decisões políticas implementadas. Acerca dessas duas abordagens, o investigador destaca ainda serem “[...] extremamente diferentes e que as relações entre elas podem por vezes ser conflituosas se as escolhas *in vitro* se chocam com a gestão *in vivo* ou com os sentimentos linguísticos dos falantes.” (*Ibidem*, p. 148).

No que concerne especificamente à Glotopolítica, perspectiva que adotamos neste artigo, segundo Hamel (1988), é um campo que se opõe ao reducionismo da linguagem a um mero sistema linguístico, ou seja, é uma área que inclui ações, conscientes ou não, de uma sociedade sobre a língua, sobre a fala e sobre o discurso. Segundo Savedra e Lagares (2012, p. 14), Haugen foi um dos primeiros a utilizar o termo “[...] ‘glotopolítica’ no seu ensaio sobre a ecologia das línguas de 1971, para se referir fundamentalmente aos aspectos relacionados ao ‘status’ institucional dos idiomas”. Esse conceito encontrou maior difusão na sociolinguística europeia, remetendo a uma abordagem que integra política e planejamento linguísticos.

Em 1986, foi publicado um estudo dedicado a este campo disciplinar por Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin, considerando a Glotopolítica uma ciência calcada em posicionamentos marxistas, sendo “[...] *necesaria para englobar todos los hechos del lenguaje donde la acción de la sociedad reviste la forma de lo político.*” (Guespin & Marcellesi, 1986, p. 5). De acordo com os pesquisadores, a Glotopolítica se caracteriza pelas

[...] diversas formas en que una sociedad actúa sobre el lenguaje, sea o no consciente de ello: tanto sobre la lengua, cuando por ejemplo una sociedad legisla respecto de los estatutos recíprocos de la lengua oficial y las lenguas minoritarias; como sobre el habla, cuando reprime tal o cual uso en uno u otro; o sobre el discurso cuando la escuela decide convertir en objeto de evaluación la producción de un determinado tipo de texto. (Guespin & Marcellesi, 1986, p. 5).

No que diz respeito ao campo de atuação da Glotopolítica, Savedra e Lagares (2012, p. 15) afirmam que:

[...] toma conta de um eixo vertical, relacionando o fato normativo ou antinormativo aparentemente mais insignificante com os fatos mais salientáveis da política da língua. Ele cobre também um terreno horizontal muito mais vasto do que o delimitado pela noção de política da língua: toda decisão que modifica as relações sociais é, do ponto de vista do linguista, uma decisão glotopolítica.

Guespin e Marcellesi (1986) consideram que a Glotopolítica possui dois eixos: a) o primeiro se refere à evocação das práticas como uma ação social, levando em conta os agentes sociais que intervêm nessas práticas, seja um simples cidadão ou um ministro de Estado, estudando a ação das forças sociais e as instâncias em que essas forças se realizam, quer sejam academias, órgãos de governo ou o próprio campo dos estudos linguísticos; e b) o segundo eixo se refere à consolidação da área como disciplina dos estudos linguísticos.

Na América Latina, um dos nomes mais reconhecidos na área glotopolítica é o da pesquisadora Elvira Arnoux. Segundo ela, Glotopolítica é...

El estudio de las intervenciones en el espacio público del lenguaje y de las ideologías lingüísticas que ellas activan, asociándolas con posiciones sociales e indagando en los modos en que participan en la instauración, reproducción o transformación de entidades políticas, relaciones sociales y estructuras de poder tanto en el ámbito local o nacional como regional o planetario. (Arnoux, 2014, p. 2).

Arnoux (2016, p. 19) complementa informando que as intervenções sobre a linguagem têm um enorme alcance e que podem...

[...] ser planificadas, explícitas, voluntarias, generadas por agentes –colectivos o individuales– que podemos identificar, o producidas ‘espontáneamente’ sin mediadores claramente identificables. Estas intervenciones se ejercen tanto sobre las lenguas, sus variedades y registros como sobre los discursos o las diversas articulaciones de lo verbal con otros sistemas.

Os estudos glotopolíticos de Arnoux (2014, 2016, 2000), comparados aos postulados dos pesquisadores mencionados anteriormente nesta seção, são considerados mais abrangentes, haja vista a amplitude de características, objetos de estudo e abordagens que o campo disciplinar passou a alcançar a partir das contribuições da mencionada pesquisadora.

Convém salientar que a noção de Glotopolítica desenvolvida por Arnoux (2000) teve como ponto de partida processos políticos que se desdobraram em três etapas históricas distintas. De acordo com a primeira etapa, o conjunto de objetos de estudos próprios da Glotopolítica surgiu na mesma época em que surgiu o de Planejamento Linguístico, na década de 1950. A pesquisadora destaca diferentes categorias de língua,

entre as quais as de língua oficial, de língua nacional, de língua regional, de língua vernácula, de língua veicular, de crioulos, de *pidgins* etc., além das variadas combinações entre bilinguismo e diglossia, e dos dois tipos de planejamento, o de *corpus* e o de *status* (Arnoux, 2000).

Sobre a segunda etapa, que corresponde ao período dos primeiros anos da década 1970 até meados dos anos 1980, é caracterizada pelo enfoque da problemática das línguas regionais, por uma historização das Políticas Linguísticas, pela discussão e pela elaboração de conceitos centrais da Glotopolítica e pela implementação de processos de planejamento linguístico bem-sucedidos em zonas economicamente desenvolvidas (*Ibidem*).

Sobre a terceira fase, Arnoux (2000) destaca que o cenário atual se caracteriza pela constituição e pela consolidação de entidades supranacionais como, por exemplo, a Comunidade Europeia, o Mercado Comum do Sul e o Nafta. Ao considerar a realidade latino-americana, a pesquisadora destaca ações de integração regional, principalmente as voltadas ao plurilinguismo urbano, postulando que devam fortalecer as áreas idiomáticas e linguístico-culturais, por meio do estabelecimento de parcerias entre Estados, como os acordos políticos, econômicos e educacionais.

Como o foco neste artigo recai sobre o ensino do Espanhol, de forma sucinta, abordamos alguns acordos que contribuíram para o fomento do ensino do idioma no Brasil e, conseqüentemente, nos entes federativos, entre os quais o Amazonas. Um desses acordos é o Mercado Comum do Sul – Mercosul, criado em 1991, por meio da assinatura do Tratado de Assunção (Argentina-Brasil-Paraguai-Uruguai, 1991). O bloco tem entre suas finalidades promover a articulação de políticas públicas regionais, relacionadas a temas como fome e erradicação da pobreza, universalização da educação e da saúde pública, e valorização e promoção da diversidade cultural. Como consequência desse acordo, o Brasil passou a estreitar relações com os demais países membros, criando leis para concretizar de maneira oficial o prestígio e a presença da língua espanhola no Brasil –a qual é oficial na maioria dos países membros do bloco. Esse fato, juntamente com outros– como o *lobby* econômico de empresas espanholas com filiais no Brasil e a pressão política e diplomática da Espanha sobre o país, contribuiu para a criação de políticas linguísticas voltadas para o ensino do Espanhol, com a elaboração e a aprovação de projetos de lei e, posteriormente, a promulgação da *Lei 11.161/05* (Brasil, 2005) que, a despeito dos embates glotopolíticos envolvidos,

gerou um efeito rebote, levando à promulgação de resoluções e de leis regionais, que reforçaram a obrigatoriedade da oferta do Espanhol na formação educacional brasileira.

Outras ações integradoras se deram em parcerias majoritariamente bilaterais. Uma delas foi firmada entre o Brasil e a Argentina, o *Protocolo para a Promoção do Ensino do Espanhol e Português como Segundas Línguas*, tendo como objetivo ampliar o intercâmbio linguístico e universitário. Sua principal ação foi...

[...] a implementação dos Programas de Formação de Ensino do Português e do Espanhol como Segunda Língua nos dois países, que deverão outorgar bolsas de estudo presenciais de curta duração para a capacitação de professores brasileiros em espanhol e de professores argentinos em português, complementados por um sistema de educação à distância e semipresencial. (Brasil-Argentina, 2005, p. 2).

Como consequência, criou-se o *Projeto Escola Intercultural Bilingue de Fronteira-PEIBF*, com o intuito de fazer a integração de estudantes e de professores brasileiros e argentinos. Foi uma ação que buscou utilizar a educação para fortalecer a integração regional, além de incidir sobre o ensino do Espanhol no Brasil em distintos níveis educativos (Martínez-Cachero Laseca, 2008). O projeto iniciou as suas atividades em zonas de fronteira entre o Brasil e a Argentina e se estendeu, posteriormente, a outros espaços transfronteiriços envolvendo o Brasil e o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

Outro movimento de integração regional e de incentivo à educação, particularmente ao ensino do Espanhol, se deu a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana –UNILA, criada pela *Lei nº 12.189/2010* (Brasil, 2010), projeto universitário de ensino bilíngue integrando representantes dos Ministérios de Educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai que começou a funcionar no segundo semestre de 2009, tendo sua sede na cidade de Foz do Iguaçu, na região de tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Desde sua criação, a UNILA tem desenvolvido sua missão institucional de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul.

Além dessas ações, vale mencionar um acordo bilateral assinado entre o Brasil e o Peru, o projeto piloto para implementação da Escola Pública Brasileiro-Peruana, em Lima, com vistas a contribuir para a integração bilateral, beneficiando a comunidade local com o aprendizado da Língua Portuguesa e da História e Cultura brasileiras.

Na esteira das parcerias bilaterais, Teixeira (2014) destaca que o Brasil celebrou com a Colômbia, em 27 de junho de 2005, na cidade de Bogotá, o *Memorando de Entendimento sobre Ensino de Português e Espanhol na Região Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia* (Brasil, 2005, p. 3), comprometendo-se a “[...] adotar as medidas necessárias para implementar iniciativas conjuntas no que concerne ao ensino da língua espanhola e da língua portuguesa na região fronteiriça [...]”. Acerca disso, o investigador destaca que

Esse ato foi pensado especialmente para a realidade das cidades de Tabatinga, região do Alto Solimões, no Brasil, e Leticia, na Colômbia, que possuem fronteira viva, onde os idiomas nacionais de ‘branco’, o português e o espanhol, estão imbricados e em constante contato, convivendo entre si e com os idiomas de ‘índio’, no cotidiano de seus habitantes, mas não exclui outras fronteiras, como o [...] Alto Rio Negro. (Teixeira, 2014, p. 64).

Entre os objetivos desses acordos bilaterais estão o de promover maior integração entre os países signatários, contribuindo para o avanço socioeconômico de suas populações, principalmente de(na) fronteira, através de cooperação e de intercâmbio em áreas como a educacional, em nível de Educação Básica e de Ensino Superior. Além disso, as medidas bilaterais visam a fomentar o ensino bilíngue nas regiões transfronteiriças e, mais ainda, o ensino da Língua Portuguesa nos países fronteiriços da região amazônica e do Espanhol no Brasil. Considerando que o Amazonas faz parte da região amazônica, bem como os objetivos propostos neste artigo, na sequência, nossa abordagem se volta para ações desenvolvidas no âmbito da arena glotopolítica manauara nos últimos 15 anos.

ATORES SOCIAIS E ARENAS GLOTOPOLÍTICAS

Em trabalho publicado no livro *La lengua española en Brasil: enseñanza, formación de profesores y resistencia*, Teixeira (2018) destaca a arena glotopolítica amazonense, dividindo as ações relacionadas ao ensino do Espanhol no Amazonas em três períodos históricos: 1. período anterior à Lei do Espanhol no Brasil – *Lei 11.161* (*op. Cit.*), de 2005, 2. período posterior à promulgação da referida lei, e 3. período posterior a sua revogação a partir da *Medida Provisória 746* (Brasil, 2016), de 2016. O investigador analisa as ações desenvolvidas em cada um desses períodos, destacando os atores sociais envolvidos bem como o intenso embate travado na arena glotopolítica amazonense entre esses atores, postura que vai ao encontro dos postulados de Hamel (1988; 1993) e de Arnoux (2000; 2014; 2016) sobre o fazer glotopolítico. Ampliando as pesquisas de Teixeira (*op. Cit.*), Castro-Heufemann (2019) foca a arena manauara, por

meio de dados sobre ações relacionadas ao ensino do Espanhol em Manaus, bem como os atores sociais a elas relacionados. A seguir, apresentamos quadro com informações oriundas dos trabalhos de ambos os pesquisadores, a partir de 2005. Convém destacar que, no quadro em questão, não incluímos dados referentes ao ano de 2020 devido ao contexto pandêmico que estamos vivenciando.

Panorama glotopolítico comparativo sobre o ensino de Espanhol no Amazonas e em Manaus

| Ano | Ação realizada no Amazonas | Ator social envolvido | Ação realizada em Manaus | Ator social envolvido |
|------|-------------------------------------|---|--|-----------------------|
| 2005 | <i>Lei 11.161/05*</i> | Governo Federal | Ensino de Espanhol no Centro de Estudos de Línguas – Manaus (atividade iniciada em 1992, ainda vigente) ⁱⁱⁱ | UFAM |
| | | | Curso de Letras – Língua e Literatura Espanhola (atividade iniciada em 2003, ainda vigente) | UFAM |
| 2006 | <i>Resolução 86/06</i> | Conselho Estadual de Educação/AM | Início do Leitorado na UFAM | UFAM + AECID |
| 2008 | Curso de atualização de professores | APE-AM+ UFAM+ SEDUC/AM + <i>Consejería</i> de Educación da Embaixada da Espanha | | |
| 2009 | Curso de atualização de professores | APE-AM+ UFAM+ SEDUC/AM + <i>Consejería</i> de Educación da Embaixada da Espanha | | |
| 2010 | Curso de atualização de professores | APE-AM+ UFAM+ SEDUC/AM + <i>Consejería</i> de Educación da Embaixada da | Início das atividades de ensino de Espanhol no ‘Programa Ampliando Horizontes’ | Semed Manaus |

| | | Espanha | (atividade ainda vigente) | |
|-------------|---|---|--|---------------|
| 2011 | Curso de atualização de professores | APE-AM+ UFAM+ SEDUC/AM + <i>Consejería de Educación</i> da Embaixada da Espanha | Curso de Especialização em Ensino de Espanhol: língua e literaturas | UFAM |
| | <i>Projeto de lei 124/11</i> | ALE-AM | | |
| | <i>Projeto de lei 285/11</i> | ALE-AM | | |
| | Concurso público para Professor de Espanhol | SEDUC/AM | | |
| 2013 | Seleção de Professor de Espanhol – cadastro reserva | SEDUC/AM | I Encontro de Hispanistas de Manaus | UFAM + APE-AM |
| | <i>Lei 152/13</i> – ‘Lei Amazonense do Espanhol’ | ALE-AM | | |
| 2014 | Seleção de Professor de Espanhol | SEDUC/AM | | |
| | Concurso público para Professor de Espanhol | SEDUC/AM | | |
| 2015 | | | Início das atividades de ensino de Espanhol no Centro de Idiomas (atividade ainda vigente) | IFAM |
| | | | II Encontro de Hispanistas de Manaus | UFAM + APE-AM |
| 2016 | <i>Medida Provisória 746/16*</i> | Governo Federal | III Encontro de Hispanistas de Manaus | UFAM + APE-AM |
| | Curso de atualização de professores | APE-AM+ UFAM+ SEDUC/AM + IFAM + <i>Consejería de Educación</i> da Embaixada da | | |

| | | Espanha | | |
|------|--|---|--|--|
| 2017 | <i>Lei 13.415/17*</i> | Governo Federal | Projeto Piloto: 'Manaus internacional: integrando culturas por meio da língua espanhola' | Semed Manaus + APE-AM + Consulado Geral da Colômbia em Manaus + UFAM |
| | Curso de atualização de professores | APE-AM+ UFAM+ SEDUC/AM + <i>Consejería</i> de <i>Educación</i> da Embaixada da Espanha | | |
| | Livro <i>Ensinando Espanhol no Amazonas: experiências, conquistas e perspectivas</i> | APE-AM + UFAM + SEDUC/AM | IV Encontro de Hispanistas de Manaus | UFAM + APE-AM |
| 2018 | Concurso público para Professor de Espanhol | SEDUC/AM | Ampliação das atividades do projeto 'Manaus internacional: integrando culturas por meio da língua espanhola' | Semed Manaus + APE-AM + Consulado Geral da Colômbia em Manaus + UFAM |
| | Implementação da primeira Escola Bilíngue Português/Espanhol | SEDUC/AM + UFAM + Consulado Geral da Colômbia em Manaus | Ensino de Espanhol no Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras (ação ainda vigente) | Programa IsF + UFAM |
| | Referencial Curricular | Consed + Undime + SEDUC/AM + UFAM | | |
| 2019 | Amazonense | + APE-AM + SEMED Manaus | Ampliação das atividades do projeto 'Manaus internacional: integrando culturas por meio da língua espanhola' | Semed Manaus + APE-AM + Consulado Geral da Colômbia em Manaus + UFAM |
| | 18º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol | APE-AM + UFAM + Semed Manaus + SEDUC/AM + Embaixadas e Consulados (Colômbia, Espanha, Peru) | | |
| | Livro <i>Ensinando Espanhol no</i> | APE-AM + UFAM | | |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | Amazonas: outras experiências, mais conquistas e renovadas perspectivas | | | |
|--|---|--|--|--|

* ações promulgadas pelo Governo Federal com impacto nas arenas glotopolíticas analisadas.
Fonte: Teixeira (2018) e Castro-Heufemann (2019).

Ao analisar a arena glotopolítica manauara, não podemos deixar de contextualizar diacronicamente a situação. De acordo com investigações de Guerreiro (2017) e de Teixeira (2018), a promoção e o ensino do Espanhol no Amazonas datam da década de 80, quando foi criada a Associação de Professores de Espanhol do Amazonas – APE-AM, importante ator social que, desde sua criação, vem envidando esforços em prol da difusão do hispanismo e do ensino do Espanhol, exercendo relevante papel articulador nas arenas glotopolíticas amazonense e manauara. Pela análise do quadro comparativo, sua ação é percebida em ambas as arenas, articulando com outros atores sociais iniciativas glotopolíticas em prol do ensino do Espanhol, entre as quais cursos de atualização/formação continuada de professores, ações de difusão do hispanismo como os Encontros de Hispanistas de Manaus, o 18º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol e a publicação de duas coletâneas que compilam relatos de experiências e pesquisas de docentes de Espanhol que atuam no Amazonas, ações de cunho político-pedagógico como a participação na elaboração dos *Referenciais Curriculares Amazonenses* para o Ensino Fundamental, garantindo a presença do Espanhol no currículo amazonense, e projetos de ensino do idioma como o piloto ‘Manaus internacional: promovendo culturas por meio da língua espanhola’, que leva o ensino do Espanhol para escolas da rede pública municipal de Manaus, apoiando ações de acolhimento da comunidade hispânica, em especial de crianças venezuelanas refugiadas na cidade cujo número, segundo Gomes (2019), mais do que quadruplicou em um ano, passando de 469 alunos em 2018, para 1.886 em 2019.

Outro importante ator social nas ações glotopolíticas voltadas para o espanhol é a Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Entre suas ações, desde a década de 90, inicialmente por meio de cursos oferecidos através de seu Centro de Estudos de Línguas – CEL à comunidade e, a partir de 2003, também por meio de formação de professores através do Curso de Letras – Língua e Literatura Espanhola, a UFAM tem apoiado as ações articuladas pela APE-AM em prol do hispanismo no Amazonas e em Manaus, atuando em ambas as arenas glotopolíticas. Pela análise do quadro comparativo, fica

evidente sua ação no eixo de ensino, por meio de iniciativas de formação, como o mencionado curso de Letras e a parceria internacional que garantiu um Leitorado durante alguns anos para apoiar as atividades desse curso, bem como os cursos de atualização de professores e o curso de Especialização em ensino de Espanhol: língua e literaturas, que formou a primeira turma de especialistas na área do hispanismo no Amazonas. Além disso, percebemos a ação da UFAM nos eixos de extensão e de pesquisa, indo ao encontro de demandas da comunidade a partir da oferta de cursos de Espanhol em seu Centro de Estudos de Línguas e do piloto para as escolas da rede municipal de ensino supracitado, bem como pelo apoio à realização de eventos e à publicação de livros de difusão do hispanismo, como já mencionado. Outra frente de atuação da UFAM em prol do hispanismo tem sido a articulação político-pedagógica, apoiando ações como a elaboração dos *Referenciais Curriculares Amazonenses*, a implementação da primeira escola estadual bilíngue Português/Espanhol, e atuando no embate junto ao poder público em busca de vagas para professores de Espanhol e de espaço para o ensino do idioma nas redes estadual e municipal.

Juntamente com a APE-AM e com a UFAM, entes diplomáticos estrangeiros têm atuado como atores sociais nas arenas glotopolíticas amazonense e manauara em prol do ensino do espanhol e da difusão do hispanismo. Pela análise do quadro comparativo, evidenciamos iniciativas da Espanha, entre as quais o apoio à formação de professores e à realização de eventos de difusão. No que concerne à Colômbia, país fronteiriço com o Amazonas, suas ações vão ao encontro do apoio a eventos de divulgação e a iniciativas de ensino do Espanhol em Manaus, como o projeto piloto que oferece o idioma às escolas da Semed Manaus e a implementação da escola estadual bilíngue Português/Espanhol. O Peru, outro país fronteiriço com o estado, por sua vez, tem apoiado ações de difusão, como a realização de eventos.

Além desses atores sociais, cabe destacar também iniciativas do IFAM nas arenas glotopolíticas, especialmente por meio de cursos de extensão em seu Centro de Idiomas e de apoio a cursos de formação docente na área de Espanhol.

No que concerne ao poder público municipal, as ações na arena glotopolítica manauara têm sido coordenadas e desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação – Semed Manaus. De acordo com Gomes e Trajano (2019), de forma experimental, o ensino da Língua Espanhola foi implementado em algumas escolas da rede pública

municipal manauara em 1997, em conformidade com a *Estrutura Curricular* da Semed Manaus daquele ano que previa a oferta do Espanhol no Ensino Fundamental. No entanto, segundo as investigadoras, devido à carência de professores habilitados para o ensino do idioma à época, o Espanhol foi retirado do currículo municipal. Diante da situação, propomos alguns questionamentos: como foi planejada a ação glotopolítica que incluiu o Espanhol no currículo manauara naquela época? Foram considerados aspectos como a necessidade de professores formados e a necessidade de cursos de formação docente na cidade? Foram abertos concursos para contratação de professores para a área de Espanhol? Trata-se de um exemplo de política impositiva praticada pelo poder público como planejamento *in vitro* sem o apoio de especialistas, desconsiderando a realidade *in vivo* em Manaus (Calvet, 2002)? São questões que merecem atenção e, quiçá, possam ser abordadas com maior profundidade em outro momento, haja vista a escassez de informações sobre a temática na própria Semed Manaus. Apesar dessa situação, pela análise do quadro comparativo, percebemos que uma retomada da oferta da Língua Espanhola na rede municipal de ensino tem ocorrido, quer seja por meio de cursos do idioma para servidores, especialmente por meio do ‘Programa Ampliando Horizontes’, quer seja pela oferta do idioma nas escolas públicas manauaras por meio do projeto piloto ‘Manaus internacional: integrando culturas por meio da língua espanhola’. Além disso, o apoio à realização de evento na área do hispanismo em Manaus como o 18º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol pode ser considerado indicativo de mudanças na postura glotopolítica do poder público manauara em relação ao idioma na cidade. Analisar os motivos que têm embasado essa possível mudança também é uma tarefa a ser realizada com mais profundidade em outra oportunidade. Por ora, propomos mais alguns questionamentos: que fatores têm contribuído para que a Semed Manaus adote postura favorável ao hispanismo e ao ensino do Espanhol na capital amazonense? Será que a necessidade de acolher crianças hispânicas, principalmente o grande número de venezuelanos, nas escolas da rede municipal têm sido um desses fatores? Além de apoiar eventos e de oferecer cursos aos servidores e aulas de Espanhol no contraturno aos alunos de algumas escolas, que outras ações implementadas pelo poder público manauara na arena glotopolítica são necessárias para efetivamente consolidar o ensino de Espanhol em Manaus? Trata-se de planejamento glotopolítico duradouro? São questionamentos que oportunamente poderão ser analisados.

Apesar de o foco neste artigo repousar sobre a arena glotopolítica manauara, não poderíamos terminar nossa abordagem sem antes analisar de forma breve algumas ações do poder público estadual, coordenadas em grande parte pela SEDUC/AM, por entendermos que são ações que impactam na área glotopolítica dos municípios amazonenses, entre os quais Manaus. Para tanto, retornamos ao ano de 2005, quando o Governo Federal promulgou a *Lei 11.161/05 (op. Cit.)*, que determinou a oferta obrigatória do Espanhol nas escolas brasileiras, impactando diretamente nas arenas glotopolíticas regionais. Em resposta à determinação da mencionada ação federal, no Amazonas, por meio do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, o poder público estadual promulgou a *Resolução 86/06 (Amazonas, 2006)*, determinando o cumprimento do disposto na referida lei federal. No entanto, Teixeira (2018) adverte que, pelo menos durante quatro anos, foram poucas as ações de planejamento para consolidar o disposto na legislação federal ratificado pela resolução estadual, uma vez que não foram implementados centros de idiomas pelos poderes públicos estadual e municipal nem houve seleção de professores de Espanhol para atuarem nas escolas das redes públicas de ensino. Dessa forma, liderados pela APE-AM, alguns atores sociais envolvidos nas arenas glotopolíticas mencionadas envidaram esforços de articulação e travaram embate político para que o panorama fosse modificado, culminando com a promulgação da chamada ‘Lei Amazonense do Espanhol’ – *Lei 152/13 (Amazonas, 2013)*, que tornou obrigatória a oferta do Espanhol nas escolas amazonenses, ainda vigente. Nessa esteira, de acordo com o quadro comparativo, a partir de 2011, foram realizados seleções e concursos públicos para docentes com vagas para a área de Espanhol no Amazonas. No entanto, ao analisar os editais de cada certame, Teixeira (*op. Cit.*) constatou que a maioria das vagas para professor de Espanhol se destinava a municípios no interior do Amazonas, com carga horária semanal reduzida a 20 horas. Sobre essa questão, Santos e Teixeira (2016, p. 165-166) destacam que

Devido às peculiaridades geográficas do Amazonas, onde o deslocamento entre municípios, na maior parte do tempo, ocorre por via fluvial ou aérea, o custo de vida é normalmente mais alto que em outras regiões do país, conhecido como custo amazônico, especialmente se tomarmos a realidade dos municípios mais longínquos, nas regiões de fronteira. Além disso, os professores de Língua Espanhola se concentram na capital amazonense e, para se deslocarem aos municípios do interior, provavelmente teriam que se mudar. No entanto, como grande parte das vagas oferecidas possuía carga horária reduzida, e, conseqüentemente, menores salários, praticamente não houve interesse, sendo poucas preenchidas. Essa estratégia, que aparentemente poderia ser entendida como intuito de interiorizar o ensino da Língua Espanhola no Estado, na verdade, reforçou o posicionamento político e as ações do Governo Estadual.

Os pesquisadores apresentam questionamentos referentes ao posicionamento do poder público estadual que tem se mostrado inconstante, ora incentivando o hispanismo no Amazonas, especialmente por meio de ações de difusão do idioma, como apoio a eventos e à publicação de coletânea sobre o ensino do Espanhol no Amazonas, ora colocando em prática ações glotopolíticas que têm dificultado a abertura e a manutenção de vagas para docentes de Espanhol. Essa situação tem se agravado cada vez mais, principalmente quando a ‘garantia’ da oferta do Espanhol na esfera federal foi revogada pela *Medida Provisória 746/16* (Brasil, 2016), ratificada e consolidada pela *Lei 13.415/17* (Brasil, 2017), que tornou obrigatória a oferta de apenas um idioma nas escolas brasileiras, o Inglês, a despeito das peculiaridades sociolinguísticas de cada região e da manifestação contrária de diferentes especialistas – mais um exemplo de política impositiva do poder público na arena glotopolítica brasileira. Essa inconstância nas ações do poder público amazonense também nos faz propor novos questionamentos, que poderão ser analisados em outra oportunidade: que aspectos têm determinado as políticas públicas amazonenses para o ensino do Espanhol? A inconstância verificada se deve a uma suposta falta de planejamento glotopolítico por parte do poder público estadual? Por que a SEDUC/AM implementa projeto de escolas bilíngues, entre as quais a de Português/Espanhol, se no campo de vagas para docentes suas políticas são cada vez mais limitadas? No que concerne a Manaus, infelizmente, até o momento não há seleção ou concurso para professores de Espanhol, um dos entraves a serem vencidos para consolidar de forma efetiva o ensino do idioma na cidade. Essa situação nos instiga a propor mais questionamentos: em que medidas as arenas glotopolíticas federal e estadual têm impactado nas decisões do poder público manauara sobre o ensino do Espanhol no município? Apesar das ações que esboçam a retomada da oferta do ensino do Espanhol na rede pública municipal de Manaus, o contexto glotopolítico contemporâneo tem influenciado para que as ações do poder público se mantenham tímidas? Como e qual será o futuro do Espanhol na cidade?

Para terminar nosso breve panorama, considerando o entendimento de Guespin e Marcellesi (1986) sobre a Glotopolítica enquanto área de estudos, à guisa de encaminhamentos, além de perceber que o Espanhol tem alcançado conquistas na arena glotopolítica manauara, principalmente nos últimos anos, gostaríamos de ressaltar que os questionamentos que propusemos ao logo de nossa breve análise reforçam os embates presentes na arena manauara relacionados ao ensino do Espanhol, reflexo dos

embates no caldeirão glotopolítico característico das arenas estadual e federal que revelam retrocessos para a pluralidade no país e no Amazonas, em especial no que concerne ao ensino do Espanhol. Dessa forma, esperamos incentivar novas pesquisas sobre esses embates, em busca de respostas às questões aqui levantadas, com vistas a contribuir para melhor compreender as arenas glotopolíticas que foram foco deste artigo.

REFERÊNCIAS

- Amazonas. (2013). [*Lei nº 152 (2013)*]. Lei nº 152, de 21 de maio de 2013. ALEAM.
Recuperado de:
[http://legislador.aleam.gov.br/LegislatorWEB/LegislatorWEB.ASP?WCI=Lei
Texto&ID=201&inEspecieLei=21&nrLei=152&aaLei=2013&dsVerbetes=](http://legislador.aleam.gov.br/LegislatorWEB/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=201&inEspecieLei=21&nrLei=152&aaLei=2013&dsVerbetes=)
- Amazonas. (2006). [*Resolução nº 89(2006)*]. Resolução nº 89, aprovada em 29/8/2006
CEE/AM. Recuperado de:
[http://fnce.org/pdf/legis/espanhol/AM%20RES_89_ANO_2006__LINGUA_E
SPANHOLA. pdf.](http://fnce.org/pdf/legis/espanhol/AM%20RES_89_ANO_2006__LINGUA_ESPANHOLA.pdf)
- Argentina-Brasil-Paraguai-Uruguai. (1991). [*Tratado de Assunção (1991)*]. Recuperado
de:
[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/T
ratado_de_Assuncao..pdf.](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf)
- Arnoux, E. N. de. (2000). La glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario.
Lenguajes: teorías y práctica. Buenos Aires: Secretaría de Educación, GCBA.
- Arnoux, E. N. de. (2016). La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos
lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. *Revista Matraga*. Rio de
Janeiro, v. 23, n. 38, p. 18-42.
- Arnoux, E. N. de. (2014). Temas de Glotopolítica: integración regional sudamericana y
panhispanismo/ Elvira Narvaja de Arnoux y Susana Nothstein. Buenos Aires:
Biblos.
- Brasil (2005). [*Lei 11.161 (2005)*]. Recuperado de:
[http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=
08/08/2005](http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2005)
- Brasil. (2010). [*Lei Nº 12.189(2010)*]. Recuperado de:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm
Brasil. (2017). [*Lei 13.415 (2017)*]. Recuperado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm
Brasil. (2016). [*Medida Provisória 746(2016)*].
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm
Brasil. (2005). [*Memorando de entendimento sobre ensino de português e espanhol na região fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia*]. Recuperado de:
<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=84&data=06/07/2005>
Brasil-Argentina (2005). *Protocolo para a Promoção do Ensino do Espanhol e Português como Segundas Línguas*, de 30 de novembro de 2005. In: IGUAÇU + 20. Puerto Iguazu: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão/Secretaria Geral da América do Sul/Embaixada do Brasil em Buenos Aires.
- Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial/IPOL.
- Calvet, L.-J. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Castro-Heufemann, F. M. (2019). *Políticas linguísticas e o ensino da Língua Espanhola em Manaus à luz da Glotopolítica*. Manaus: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas.
- Corrêa, E. S.; Teixeira, W. B.; Costa, E. B. da. Centro de Estudos de Línguas da UFAM: 30 anos contribuindo para o desenvolvimento da sociedade amazonense. (2020). Em Coelho, I. M. W. da S.; Teixeira, W. B. (orgs.). *Investigações e práticas de ensino-aprendizagem em centros de línguas do Amazonas*. Jundiaí/SP: Paco Editorial.
- Guerreiro, S. da S. (2017). *A Língua Espanhola na fronteira Brasil-Peru: ações políticas no ensino de línguas*. Manaus: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas.
- Gomes, A. dos S. (2019). *Ações glotopolíticas relacionadas à implementação do ensino de Língua Espanhola na Rede Municipal de Educação – SEMED/Manaus*. Manaus: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas.

- Gomes, A. dos S.; Trajano, E. A. (2019). O ensino da Língua Espanhola na Secretaria Municipal de Educação de Manaus. In: Teixeira, W. B.; Ferreira, C. J. (2019). (Orgs). *Ensinando espanhol no Amazonas: outras experiências, mais conquistas e renovadas perspectivas*. Manaus: Edua.
- Guespin, L.; Marcellesi, J. B. (1986). Pour la glottopolitique. *Langages*, n. 83, p. 5-34.
- Hamel, R. E. (1988). La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. Em Orlandi, E. P. *Política Lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes.
- Hamel, R. E. (1993). Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. Políticas del lenguaje en América Latina. In: *Revista Iztapalapa* 29, año 13. 5-39.
- Haugen, E. (1959). Planning in Modern Norway. *Anthropological Linguistics*, v. 1, n. 3.
- Heufemann-Barría, E. O.; Teixeira, W. B. (2017). Ações (gloto)políticas em prol do ensino de Espanhol no Amazonas: um olhar especial sobre a formação de professores. Em Carvalho, T. B. *et al.* (orgs.). *PARFOR: realidade e desafios para a formação de professores pela Universidade Federal do Amazonas*. Manaus: Edua.
- ISA/FOIRN. (2006). *Povos indígenas do Rio Negro: mapa livro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*, 3. ed., Brasília: MEC/SEF.
- Martínez-Cachero Laseca, A. (2008). *O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro*. Brasília: Thesaurus.
- Monteiro, E. (2010). Amazonas: um laboratório linguístico. *Ciência para todos. Revista de divulgação científica do INPA*, n. 5, p. 46-51, ago.
- Oliveira, G. M. (org.). (2003) *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; Florianópolis, SC: IPOL.
- Santos, F. G. dos; Teixeira, W. B. (2016). Dez anos da lei do espanhol no Amazonas. Em Barros, C. *et al.* (orgs.). *Dez anos da lei do espanhol: 2005- 2015*. Belo Horizonte: FALE/UFGM.
- Savedra, M. M. G.; Lagares, X. C. (2012). Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, Publicação dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense,

Niterói, n. 32, 11-27.

Teixeira, W. B.; Ferreira, C. J.; Silva, J. F. da. (2017). (Orgs). *Ensinando espanhol no Amazonas: experiências, conquistas e perspectivas*. Manaus: Edua.

Teixeira, W. B.; Ferreira, C. J. (2019). (Orgs). *Ensinando espanhol no Amazonas: outras experiências, mais conquistas e renovadas perspectivas*. Manaus: Edua.

Teixeira, W. B. (2018). La lengua española en el Amazonas: presencia, funciones, enseñanza y resistencia. Em Miranda, C. (org.). *La lengua española en Brasil: enseñanza, formación de profesores y resistencia*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España, Colección Complementos.

Teixeira, W. B. (2014). *Presença e funções do espanhol no Alto Rio Negro/AM: considerações políticas e históricas*. Tese. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ⁱDoutor em Letras Neolatin as pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto na Universidade Federal do Amazonas, onde atua nos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras, com pesquisas voltadas para a área de Linguística Aplicada, liderando o grupo de pesquisas 'Observatório de ensino de línguas' - UFAM/CNPq, focando em estudos sobre políticas linguísticas e formação de professores.

ⁱⁱMestre em Letras, na área de Teoria e Análises Linguística Universidade Federal do Amazonas e professor assistente na supracitada Instituição de Ensino Superior. Docente de disciplinas voltadas à Língua Espanhola e Estágio Supervisionado no curso de graduação em Letras, Língua e Literatura Espanhola, além de participar como pesquisador no grupo de pesquisas 'Observatório de ensino de línguas', UFAM/CNPq.

ⁱⁱⁱ*Cf.* Corrêa, Teixeira e Costa (2020).